

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 1974

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES FERNAMENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Lasso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lasso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lasso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lúcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quilse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 86ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 5 de Junho de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Federmann — Aguiñaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Arizone Araújo — Haroldo Bianchi — Paulo Poli e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 203-73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN, e a Universidade Federal do Paraná — UFF, objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para professores leigos em Ciências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 6, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60-73.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 87ª Sessão Ordinária

Realizada em 5 de Junho de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Aguiñaldo Pereira Lima — Arizone Araújo — Antônio Costa — Haroldo Bianchi — Paulo Poli e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 66 e 88-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

18-73: — Do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que denomina "Cândido B. Fortes", o Ginásio Estadual da sede do Município de Marilena, o qual convertido em Lei tomou o número 6.534. — Agradeça-se.

77-73: — Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que denomina "Governador Farigot de Souza" o trecho da Rodovia PR-1 que liga Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina, o qual convertido em Lei tomou o número 6.544. — Agradeça-se.

Sob o n.º 81-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o projeto de lei n.º:

76-73: — Do Senhor Deputado Antonio Belinati, que visa o reaparelhamento de todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, dotando-os de moderno sistema de comunicação, assistência médica e ambulância, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as expressões através do Departamento de Estradas de Rodagem, constantes do artigo 1.º. — A C.C.J.

Sob o n.º 90-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o projeto de lei n.º:

85-73: — Do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva que visa autorizar o Executivo, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, a celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Flórida, objetivando construir um prédio destinado à Delegacia de Polícia local. — A C.C.J.

Sob o n.º 168-74, do Senhor Doutor Ademar Lemes de Toledo, Presidente da Associação dos Municípios da Região Norte Pioneira, comunicando haver sido eleito e empossada a nova Mesa Diretora daquela Associação, para o biênio 74-75. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do Senhor Engenheiro Roberto da Costa Barros, Delegado Estadual do I.B.D.F., enviando a esta Casa cópia de exposição de motivos expedidos aos Prefeitos das cidades interioranas do Estado de Sergipe, no sentido da criação de Hortos Municipais. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA:

Do Senhor Nilo Humberto Deitos, nos seguintes termos para total autoafirmação nosso Estado no cenário brasileiro necessitamos imperativamente do desenvolvimento industrial. Para isso rogamos a essa Egrégia Casa pela não extinção do BRDT. pt Respeitosamente saudações, Prefeitura Municipal de Céu Azul. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. a inserção em Ata de um voto de pesar, pelo falecimento do jovem Luiz Braga Menezes, ocorrido em Londrina. Solicita também que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1974.

(a) — Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA: O jovem Luiz Braga Menezes, falecido em Londrina, era filho de tradicional família. Destacou-se sempre em todas as atividades naquele Município, sobretudo nas culturais e esportivas. Sua morte prematura abalou aquela comunidade deixando uma grande e sentida lacuna. Justo que esta Casa se solidarize com a sua família nesta hora de sofrimento.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos presentes trabalhos, um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido em data de ontem, nesta Capital do Senhor Matsuo Okamoto.

O extinto deixa viúva a Senhora Shizuko Okamoto e dois filhos. Era ainda, Presidente da Sociedade Beneficente da Colônia Japonesa de Curitiba, pessoa grandemente relacionada e desfrutava de expressivo prestígio, tendo o seu passamento conternado a Sociedade Curitiba.

Requer, outrossim, que, da manifestação deste seja dado conhecimento à família enlutada nesta Capital — Rua Cândido Lopes — Foto Okamoto e ainda à Sociedade Beneficente da Colônia Japonesa de Curitiba.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1974.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

Realizou-se na cidade de Ponta Grossa, com absoluto êxito, o 1.º Seminário do Comércio do Paraná, (SECOPAR), promovido pela Federação do Comércio do Estado do Paraná, Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, tendo como anfitrião o Sindicato dos Lojistas do Comércio de Ponta Grossa.

Vários conferencistas de renome se fizeram ouvir e os debates elevados disseram bem do valor daquela iniciativa que uniu a classe empresarial do comércio de nosso Estado com representação de vários pontos do Estado.

Assim é o presente para requerer, após ouvido o Plenário, um voto de aplausos ao 1.º SECOPAR e que do fato se de conhecimento as entidades citadas.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1974.

(a) — Antônio Lopes Júnior

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 77-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Matelândia, os lotes urbanos n.º 04 da quadra 81, n.º 8, da quadra 67 e n.º 11, da quadra 68, destinados a construção do prédio para a Agência de Rendas e Delegacia e Cadeia, respectivamente; e receber em devolução o lote urbano n.º 6 e parte dos lotes 03 — 04 — 10 — 05 — 02 e 03, todos da quadra 73, bem como parte do lote urbano n.º 04, da quadra 64, anteriormente doados para os mesmos fins.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1974.

(a) — João Mansur

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma substituição de lotes anteriormente doados, de pequena metragem e separados, de modo que seu aproveitamento foi impossível, por outros adequados aos fins estabelecidos no Projeto.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Dep. Rosário Pitelli, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cafeicultura paranaense está necessitando de apoio integral para a sua sobrevivência. Somente os incentivos para plantio de novas lavouras, embora razoáveis não oferecem estímulos para o aumento desejado de nosso parque produtor de café. O Governo tem procurado participar ativamente para sua ampliação, oferecendo financiamentos amplos e assistência técnica de excelente padrão. Mas tudo isso ainda não chega a contagiá-lo de entusiasmo e coragem o nosso cafeicultor. Os investimentos são sempre de elevada soma e requer estrutura sólida. Existe um recelo quanto ao futuro compensador do café na época de comercialização. Mas para que realmente o cafeicultor se disponha a ampliar ou manter em crescente atividade sua empresa cafeeira,

é preciso que se abra as portas de onde possa com nitidez, vislumbrar com segurança o êxito na comercialização. Entendemos da necessidade de se dar ao café incentivo completo, para que possamos voltar ao tempo das andantes colheitas. O café representa em verdade uma tradição bem brasileira. Ele fixa o homem ao campo, e lhe garante remuneração decente e permanente para si e sua família. O Paraná tem condições de participar a curto prazo, com parcela muito ponderável para o aumento de produção do País. Basta fazer sentir ao agricultor que investimento oneroso de uma lavoura cafeeira, terá como recompensa a garantia real em seu preço, quando de sua comercialização. Só assim teremos condições de chegarmos ao ideal, tanto em plantio de novos cafeeiros, como em renovação de lavouras antigas. Os métodos modernos de hoje, oferecem um progresso significativo em matéria de produtividade por cova, uma vez que são plantados com orientação técnica.

Mas para que tudo isso possa ocorrer necessário se torna incentivo integral à lavoura desde o plantio até o momento da comercialização. Entre outras, destacam-se como prioritárias as seguintes medidas:

a) Garantia real de preço compensador que possa fazer face aos compromissos que incidem sobre as lavouras cafeeiras. É bom lembrar que há mais de uma no preço mínimo de garantia do café continua o mesmo muito embora o seu custo tenha tido uma majoração em proporção desenfreada. Desde o emprego de mão de obra, como a alta de todos os insumos, máquinas, tratores, combustíveis, peças de reposição, sofrem majoração que variam de 100 a 500 por cento. A par disso tudo acrescenta-se ainda a dúvida quanto ao êxito ou não no combate às pragas. A ferrugem que por si já exige cuidados especiais se alastra desenfreadamente. O combate que se deve ser permanente é de custo muito elevado. Paralelamente a ferrugem do cafeeiro, o cafeicultor ainda luta no combate sistemático de outras pragas tais como, bicho mineiro, broca, nematoides etc.

b) Garantia de comercialização plena das colheitas, afastando em definitivo a ameaça permanente do confisco. O próprio subsídio ao consumo interno contribui para o estado deprimente de mercado, quando sabemos que os nossos estoques de café, são constituídos na quase totalidade de cafés de tipo inferior ao 6 e consequentemente proibidos à exportação. Só assim estaria o agricultor em condições de voltar destemidamente ao plantio e cultivo do café. Não basta somente incentivar o plano de renovação cafeeira para compensar a considerável queda de produção. É necessário acima de tudo que a venda do produto após colhido tenha toda a garantia e que seja feita em condições livres e compensadoras. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de fazer apenas uma referência. Ontem, pelo Jornal Nacional, ouvimos uma notícia que nos agradou bastante. A notícia era de que uma Câmara de Vereadores da cidade do Estado do Rio Grande do Sul, um dos edis apresentara um Projeto de Resolução concedendo o título de Cidadão Honorário ao Presidente Ernesto Geisel. Imediatamente, o Sr. Presidente da República tomou conhecimento do fato, não sabemos como e solicitou do Sr. Chefe da Casa Civil, Gal. Golbery Couto Silva, que comunicasse à Câmara de Vereadores que não aprovasse o Projeto porque desclinava de tal homenagem que só deveria ser concedida a cidadãos falecidos. Gostaria que ficasse registrado este fato. E os meus aplausos ao Sr. Presidente da República que num ato deste como bem disse S. Exa., deseja evitar que centenas de milhares de títulos de Cidadania Honorária, saia pelo Brasil a seu favor. É mais um estilo de bajulação, não menos justa, ao maior mandatário do País.

Portanto, este é um exemplo de quem está à altura do cargo e que deve servir de exemplo para todos nós, que somos legisladores. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos do Sr. Prefeito Municipal de Paranaguá, em data de 27 de maio último, um expediente do qual o Chefe do Executivo daquela cidade litorânea nos fazia um insistente e veemente apelo para que nós, desta Tribuna, movessemos gestões junto ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, para que Paranaguá pudesse ter além da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, único estabelecimento de Ensino Superior que existe naquela cidade, tivesse também a instalação de cursos de Economia e Administração de Empresas, que se constitui de grande importância para a preparação de pessoal profissionalizante, oferecendo aos jovens da nossa cidade, da cidade de Paranaguá, outras opções.

E assim é que, entendendo ser da mais alta importância o ofício que nos endereçou o Sr. Prefeito Municipal de Paranaguá, redigimos um Requerimento, que se aprovado por esta Casa será encaminhado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, para que S. Exa. perceba a extrema necessidade que Paranaguá resente-se da instalação daquele estabelecimento de Ensino. O nosso Requerimento está vasado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento, ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura, de apelo no sentido da criação dos cursos de Economia e Administração de Empresas, na sede do Município de Paranaguá.

Efetivamente Senhor Presidente, esse reivindicação está estribada em estudos procedidos pela atual administração do Município, que comprovaram a real necessidade da formação de técnicos nesses setores, para dar sustentação ao desenvolvimento integrado de todas as áreas da região litorânea. Há, nesse território, um potencial humano, preparado nos cursos básicos, sem aproveitamento em nível universitário, ao lado de um mercado de trabalho carente de pessoal habilitado e contido pelas limitações antes assinaladas.

A infra-estrutura escolar e o equipamento básico desenvolvido pelo funcionamento altamente eficiente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras por vários anos, e mais a tradição de cultura sempre viva, conferem a Paranaguá, como centro polarizador de dilatada e importante região de nosso Estado, todos os títulos e requisitos para receber a oportuna providência estatal de criar ali os cursos de Economia e Administração de Empresas.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1974”.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que será da mais alta importância para o Litoral, a instalação deste estabelecimento de ensino; e condições técnicas não nos falta para que possamos solicitar, ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, que Paranaguá receba este justo benefício do Governo do Estado, através do Secretário de Educação e Cultura.

Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apreciado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 250-71, de autoria do Deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo construir o Colégio Estadual de Entre Rios, Município de Guarapuava, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38-72, de autoria do Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, no Município da Lapa e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-72, de autoria do Deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual Agrícola, no Município de Saito do Lontra, para funcionar no próximo ano letivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169-72, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Reneópolis, Município de Sengés. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, pelo Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-72, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184-72, de autoria do Deputado Quêise C. da Silva, que denomina “Amábil Possobom”, o Grupo Escolar de Vila Olívia, Município de Astorga. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90-73, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo reverter à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí os lotes de terra nrs. 1, 2, 3, 4, 5, 24 e 25, quadra 14, Vila São Joaquim, na referida cidade, tendo em vista sua não utilização pelo Estado aos fins a que se destinavam. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 271-73, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que denomina “Governador Bento Munhoz da Rocha Neto”, o Grande Auditório do Teatro Guaíra. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 293-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 107-73, que dispõe sobre participação do Estado do Paraná, no Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205-72, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Amigos de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73-73, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que denomina “Ginásio Estadual Marília Faria Pirotelli”, o atual Ginásio Estadual da cidade de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151-73, de autoria do Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir para o Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal “Rui Barbosa”, da cidade de Arapoti. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172-73, de autoria do Deputado Foad Nacli, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Educacional do Paraná — FUNDEFAR, o imóvel com características que especifica, situado no Distrito de Braganey, Município de Corbélia. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, artigo por artigo, com substitutivo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 227-73, de autoria do Deputado Alvaro Dias, que dá nova redação ao artigo 53 e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 2, de 22-6-73. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 219-73, de autoria do Deputado João Mansur, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, no Município de Matelândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 219-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados, no Município de Matelândia, os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, com sede nas localidades dos mesmos nomes e divisas seguintes:

1 — DISTRITO DE RAMILÂNDIA:

Com o Distrito de Diamante D'Oeste: Começa na Foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Brago Sul águas acima até a Foz do Rio Santa Inês, pelo qual segue águas acima até onde este recebe pela sua margem direita um afluente sem denominação.

Com o Município de Céu Azul: começa no Rio Santa Inês, onde está um afluente não denominado pela sua margem direita, seguindo em linha reta até

a Foz do Rio Xaxim, até no Rio São Francisco Falso — Braço Sul, seguindo pelo Rio Xaxim, até a divisa entre os Municípios de Céu Azul e Matelândia.

Com os Municípios de Matelândia e Medianeira: começa à margem esquerda do Rio Xaxim, divisa do Distrito de Ramilândia com os Municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo em linha reta no sentido Oeste até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda., na defrontação das cabeceiras do Rio São Vicente, donde em reta, por uma linha seca no sentido Norte, alcança a Foz do Rio Roselito, onde teve o ponto de partida.

2 — DISTRITO DE DIAMANTE D'OESTE:

Com o Município de Céu Azul: Começa no Rio Santa Inez, onde recebe um afluente não denominado pela sua margem direita; daí seguindo em linha reta e seca até o Rio Barra Funda; pela Barra Funda abaixo até sua Foz no Rio São Francisco Falso — Braço Norte.

Com o Município de Toledo: começa na Foz do Rio Barra Funda, seguindo pelo Rio São Francisco, águas abaixo, até onde este recebe pela sua margem direita o Córrego Apepú.

Com o Município de Santa Helena: começa na Foz do Córrego Apepú, seguindo pelo Rio São Francisco Falso — Braço Norte, água abaixo, até sua junção com o Rio São Francisco Falso — Braço Sul, seguindo daí, por este água acima até a Foz do Rio Roselito ao Norte da Vila São Francisco.

Com o Distrito de Ramilândia: começa na Foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Falso Braço Sul, águas acima, até a Foz do Rio Santa Inez, pelo qual segue água acima, até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1973.

(a) João Mansur

ALEXANDRE MASSAROLO — Presidente da Câmara Municipal.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA
DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de criação de Distritos que, de conformidade com as exigências da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n.º 2, de 18-06-1973), em seu Art. 9.º, itens I e II, que existem nas localidades de Patrimônio Ramilândia e Diamante D'Oeste uma população de 8.000 habitantes cada uma, e a quarta de 250 e 170 casas, respectivamente.

Na expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Matelândia, em 08 de outubro de 1973.
OLÍVIO MASSAROLO — Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA
CERTIDÃO

CERTIFICAMOS que, de acordo com o Projeto de Lei n.º 172-73, encaminhado à Câmara Municipal de Matelândia e aprovado pela totalidade dos Edis que compõe aquela Casa de Leis, foram criados no quadro territorial do Município os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, já com os respectivos limites e confrontações.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Matelândia, aos 30 dias do mês de outubro de 1973.

OLÍVIO MASSAROLO — Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA
CERTIDÃO

CERTIFICAMOS que, em 29 de agosto de 1973, foi recebido por esta Casa de Leis, o Projeto de Lei n.º 172-73, que cria no quadro territorial do Município, os distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, com seus respectivos limites e confrontações.

Certificamos ainda, que o referido Projeto foi aprovado unanimemente pelos Edis presentes.

Por expressar a verdade, firmamos a presente.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Matelândia, aos 30 dias do mês de outubro de 1973.

ALEXANDRE MASSAROLLO — Presidente.

FUNDAÇÃO IBGE
INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA
DEPARTAMENTO DE CENSOS — DEZEN
DEZEN/00046

Rio de Janeiro, GB em 29 de janeiro de 1974.

Senhor Prefeito,

Em atenção ao Ofício n.º GP-01-74, de 03 do corrente mês, comunicamos que, de acordo com os registros encontrados nas Cadernetas dos Recenseadores (C.D-1.06) do Censo de 1970, o número de casas é, respectivamente, 76 casas para a localidade de Diamante D'Oeste e 192 casas para Ramilândia.

Atenciosamente,

SEBASTIÃO DE OLIVEIRA REIS — Chefe do Departamento de Censos.
Ao Senhor Olívio Massarolo — Prefeito Municipal de Matelândia.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA

O Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º 03-73

Art. 1.º — O Prefeito Municipal representará à Assembleia Legislativa solicitando a criação dos Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, com as seguintes divisas:

I — RAMILÂNDIA

a) — Com o Distrito de Diamante D'Oeste: Começa na Foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Falso, Braço Sul águas acima até a Foz do Rio Santa Inez, pelo qual segue águas acima até onde este recebe pela sua margem direita um afluente sem denominação;

b) — Com o Município de Céu Azul: Começa no Rio Santa Inez, onde este afluente não denominado pela sua margem direita, seguindo em linha reta até a Foz do Rio Xaxim, até no Rio São Francisco Falso, Braço Sul, seguindo pelo Rio Xaxim, até a divisa entre os Municípios de Céu Azul e Matelândia;

c) — Com os Municípios de Matelândia e Medianeira: Começa à margem esquerda do Rio Xaxim, divisa do Distrito de Ramilândia, com os Municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo em linha reta no sentido Oeste até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda.; na defrontação das cabeceiras do Rio São Vicente de onde em reta, por uma linha seca no sentido Norte, alcança a Foz do Rio Roselito, onde teve o ponto de partida.

II — DIAMANTE D'OESTE

a) — Com o Município de Céu Azul: Começa no Rio Santa Inez, onde recebe um afluente não denominado, pela sua margem direita; daí seguindo em linha reta e seca até o Rio Barra Funda, pela Barra Funda abaixo até sua Foz no Rio São Francisco Falso, Braço Norte;

b) — Com o Município de Toledo: Começa na Foz do Rio Barra Funda, seguindo pelo Rio São Francisco, águas abaixo até onde este recebe pela sua margem direita o Córrego Apepú;

c) — Com o Município de Santa Helena: Começa na Foz do Córrego Apepú, seguindo pelo Rio São Francisco Falso, Braço Norte, águas abaixo, até sua junção com o Rio São Francisco, Braço Sul, seguindo daí, por este água acima, até a Foz do Rio Roselito, ao Norte da Vila São Francisco;

d) — Com o Distrito de Ramilândia: Começa na Foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Falso, Braço Sul, águas acima, até a Foz do Rio Santa Inez, pelo qual segue água acima, até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matelândia, 01 de setembro de 1973.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Curitiba — Paraná.

O Município de Matelândia, por seu Prefeito adiante assinado, vem representar a essa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do art. 9.º, da Lei Complementar n.º 02 de 18 de junho de 1973, no sentido da criação dos Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, cujas divisas são abaixo transcritas, de vez que sobre a matéria a Câmara Municipal pronunciou-se favoravelmente, segundo a Resolução n.º 03-73, anexa, e os requisitos exigidos estão satisfeitos, conforme documento anexo, expedido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tudo na forma dos itens I e II, do mencionado art. 9.º, daquele diploma legal.

I — RAMILÂNDIA

a) — Com o Distrito de Diamante D'Oeste: Começa na Foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Falso Braço Sul, águas acima até a Foz do Rio Santa Inez, pelo qual segue águas acima até onde este recebe pela sua margem direita um afluente sem denominação;

b) — Com o Município de Céu Azul: Começa no Rio Santa Inez, onde este afluente não denominado pela sua margem direita, seguindo em linha reta até a Foz do Rio Xaxim, até no Rio São Francisco Falso, Braço Sul, seguindo pelo Rio Xaxim, até a divisa entre os Municípios de Céu Azul e Matelândia;

c) — Com os Municípios de Matelândia e Medianeira: Começa à margem esquerda do Rio Xaxim, divisa do Distrito de Ramilândia, com os Municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo em linha reta no sentido Oeste até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda.; na defrontação das cabeceiras do Rio São Vicente, de onde em reta, por uma linha seca no sentido Norte, alcança a Foz do Rio Roselito, onde teve o ponto de partida.

II — DIAMANTE D'OESTE

a) — Com o Município de Céu Azul: Começa no Rio Santa Inez, onde recebe um afluente não denominado, pela sua margem direita; daí seguindo em linha reta e seca até o Rio Barra Funda; pela Barra Funda abaixo até sua Foz no Rio São Francisco Falso, Braço Norte;

b) — Com o Município de Toledo: Começa na Foz do Rio Barra Funda, seguindo pelo Rio São Francisco, águas abaixo até onde este recebe pela sua margem direita o Córrego Apepú;

c) — Com o Município de Santa Helena: Começa na Foz do Córrego Apepú, seguindo pelo Rio São Francisco Falso, Braço Norte, água abaixo, até sua junção com o Rio São Francisco, Braço Sul, seguindo daí, por este, águas acima, até a Foz do Rio Roselito, ao Norte da Vila São Francisco;

d) — Com o Distrito de Ramilândia: Começa na Foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Falso, Braço Sul, águas acima, até a Foz do Rio Santa Inez pelo qual segue águas acima, até o ponto de partida.

Por se tratar de matéria de capital importância social, econômica, política e administrativa deste Município, temos a certeza de que esse Poder Legislativo há de corresponder a nossa confiança em decisão pronta e favorável.

Atenciosas saudações,

OLÍVIO MASSAROLO — Prefeito Municipal.

Anexos:

I — Documento do IBGE comprovando a existência de população e casas;
II — Cópia autêntica da Resolução n.º 03-73, da Câmara Municipal aprovando a solicitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA

Matelândia, 01 de setembro de 1973.

MENSAGEM N.º 12-73.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Tenho a honra de me dirigir a essa colenda Câmara no sentido de solicitar, nos termos do art. 9.º, da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973, o pronunciamento favorável dos Ilustres representantes do povo à proposta que se pretende endereçar à Assembleia Legislativa, visando a criação dos Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, com as seguintes divisas:

I — RAMILÂNDIA

a) — Com o Distrito de Diamante D'Oeste: Começa na Foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Falso Braço Sul águas acima até a Foz do Rio Santa Inez, pelo qual segue águas acima até onde este recebe pela sua margem direita um afluente sem denominação;

b) — Com o Município de Céu Azul: começa no Rio Santa Inez, onde este afluente não denominado, pela sua margem direita, seguindo em linha reta até a Foz do Rio Xaxim, até no Rio São Francisco Falso, Braço Sul, seguindo pelo Rio Xaxim, até a divisa entre os Municípios de Céu Azul e Matelândia;

c) — Com os Municípios de Matelândia e Medianeira: começa à margem esquerda do Rio Xaxim, divisa do Distrito de Ramilândia, com os Municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo em linha reta no sentido Oeste até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda.; na defrontação das cabeceiras do Rio São Vicente, de onde em reta, por uma linha seca no sentido norte, alcança a Foz do Rio Roselito, onde teve o ponto de partida.

II — DIAMANTE D'OESTE

a) — Com o Município de Céu Azul: começa no Rio Santa Inez, onde recebe um afluente não denominado, pela sua margem direita; daí seguindo em linha reta e seca, até o Rio Barra Funda; pela Barra Funda abaixo até sua Foz no Rio São Francisco Falso, Braço Norte;

b) — Com o Município de Toledo: começa na Foz do Rio Barra Funda, seguindo pelo Rio São Francisco, águas abaixo, até onde este recebe pela sua margem direita o Córrego Apepú;

c) — Com o Município de Santa Helena: começa na Foz do Córrego Ape-

pú, seguindo pelo Rio São Francisco Falso, Braço Norte, água abaixo, até sua junção com o Rio São Francisco, Braço Sul, seguindo daí, por este, água acima até a Foz do Rio Roselito ao Norte da Vila São Francisco;

d) — Com o Distrito de Ramilândia: começa na Foz do Rio Roselito, seguindo pelo Rio São Francisco Falso, Braço Sul, águas acima, até a Foz do Rio Santa Inez, pelo qual segue águas acima, até o ponto de partida.

A criação dos referidos Distritos é de inegável importância administrativa, econômica e política para o nosso Município, como aliás é do conhecimento da egrégia Câmara, razão pela qual espera-se um pronunciamento unanimemente favorável.

Renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração, ao mesmo tempo em que solicito, nos termos da Lei Complementar n.º 02, antes citada, art. 62, que a matéria seja apreciada dentro de quarenta e cinco dias.

Atenciosas saudações,

OLÍVIO MASSAROLO — Prefeito Municipal.
Excelentíssimo Senhor Alexandre Massarolo
DD, Presidente da Câmara Municipal
Nesta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

PROJETO DE LEI N.º 219-73

O nobre Deputado João Mansur, por intermédio do presente Projeto de Lei, propõe a criação dos Distritos Administrativos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, com sede nas localidades do mesmo nome e divisas que especifica. No decurso da movimentação do processo, foram colhidos elementos, exigidos pela Lei, capazes de convencer plenamente o analista, da conveniência e oportunidade da criação dos mencionados Distritos.

Com efeito, a representação formulada pelo ilustre Prefeito Municipal de Mateiândia, endereçada a esta Assembléia, nos termos do Art. 9.º, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, ato esse devidamente aprovado pela respectiva Câmara Municipal, por intermédio da Resolução n.º 3-73, de 1.º de setembro de 1973, confere ao procedimento plena legalidade no que se refere à iniciativa.

A existência de habitantes em número superior ao estatuído na Lei, é comprovada através de declaração subscrita pelo Senhor Prefeito Municipal, e, pelo documento oriundo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, verifica-se que o número de casas é igualmente superior ao exigido na Lei.

Quanto às divisas dos distritos, estão elas descritas em termos técnicos, de modo que sobre elas certamente não pesará nenhuma controvérsia futura. A legalidade da matéria é inatacável, conforme ficou claramente demonstrado.

Em relação aos aspectos sociais, econômicos e políticos, deve ser dito que a criação dos Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste vem primeiramente atender aos reclamos legítimos de dois núcleos populacionais, constituído de uma nobre gente, trabalhadora e progressista.

Os benefícios decorrentes da elevação dos citados núcleos à categoria de Distrito são incontáveis. Basta lembrar, por exemplo, que após esse ato poderá ser criado o Distrito Judiciário, com o que referidas populações obterão outra soma considerável de vantagens, representadas pelos serviços próprios da área judiciária, no próprio local.

Na qualidade de relator da matéria, nesta Comissão de Constituição e Justiça, e de profundo conhecedor daquela região e do seu laborioso povo, não poderia deixar de, atendidas as exigências legais, oferecer o parecer favorável à sua aprovação, a fim de que, no menor prazo possível, possa o Município de Mateiândia contar com mais dois promissores distritos administrativos.

O parecer é favorável ao Projeto.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Ovidio Franzoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

PROJETO DE LEI N.º 219-73

De autoria do ilustre Deputado João Mansur, o Projeto de Lei em exame cria no Município de Mateiândia os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste.

Sob o aspecto financeiro, que esta Comissão deve examinar na matéria, entendo que o Projeto está em condições de ser aprovado.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Quilse Crisóstomo da Silva — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 236-73, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Alto Paraná, a data de terreno n.º 9, da quadra 369, com área que especifica, situado no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 236-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Alto Paraná, a data n.º 9, da quadra n.º 369, com a área de 675,00m2 (seiscentos e setenta e cinco) metros quadrados, situada no referido Município e com as divisas e confrontações seguintes: "Pela frente, confrontando com a rua Anchieta; de um lado confrontando com a data n.º 7, de outro lado, confrontando com as datas nrs. 11, 12 e 13; e, finalmente, pelos fundos, confrontando com a data n.º 10; sendo as datas mencionadas, pertencentes à quadra 369, da Planta Oficial da cidade de Alto Paraná. Havido pelo Estado do Paraná conforme Transcrição n.º 3.255, do Livro 3-C, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(u) Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

O imóvel foi adquirido com recursos do Município, por ocasião da instalação daquela Comarca.

Atualmente o Estado não necessita do imóvel, porquanto o fórum funciona em prédio novo e próprio. Sendo justa a pretensão, espero o apoioamento de meus nobres Pares.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 236-73

AUTOR: Deputado Basílio Zanusso

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, é autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Alto Paraná, a data n.º 9, da quadra 369, com a área de 675,00 m2 (seiscentos e setenta e cinco metros quadrados), situado no referido Município e com as divisas e confrontações que especifica, ou seja: "Pela frente, confrontando com a rua Anchieta; de um lado confrontado com a data n.º 7, de outro lado, confrontando com as datas n.ºs 11, 12 e 13; e, finalmente pelos fundos, confrontando com a data n.º 10; sendo as datas mencionadas, pertencentes à quadra 369, da Planta Oficial da cidade de Alto Paraná, havido pelo Estado do Paraná, conforme Transcrição n.º 3.255, do Livro 3-C, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança".

Sob o aspecto constitucional, legal e formal, a propositura é escorelta. Quanto à oportunidade, nada há a contestar.

Pela Aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14-11-73.

ANTONIO FRANCO — Presidente

ass. ilegível — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 236-73

AUTOR: Basílio Zanusso

Assinado pelo ilustre deputado Basílio Zanusso, o Projeto de Lei ora em exame autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Alto Paraná, área de terreno que especifica.

Sob o aspecto financeiro, que me cabe examinar, sou favorável a aprovação do Projeto de Lei.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 26 de 11 de 1973.

ass. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 236-73

I — A Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre os assuntos relativos ao problema imigratório, à colonização e aproveitamento das terras devolutas, recuperação e utilização das terras inaproveitadas.

II — Assim sendo, e com base na justificativa apresentada pelo autor, somos de parecer favorável à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1974.

DOMICIO SCARAMELLA — Presidente

ass. ilegível — Relator

ass. ilegíveis

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 238-73, de autoria dos Depts. Jorge Sato e Paulo Poli, que transfere para a responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga a sede do Município de Itambé à rodovia PR-13. (Campo Mourão — Maringá). Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 238-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida para a responsabilidade do D.E.R., a conservação e melhoria da estrada que liga a sede do município de Itambé à rodovia PR-13 (Campo Mourão-Maringá).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

JORGE SATO

PAULO POLI

JUSTIFICAÇÃO

Para se entender a importância da estrada, cuja conservação e melhoria pretendemos passar à responsabilidade do D.E.R. basta ler os dados que anexamos ao presente.

MUNICIPIO DE ITAMBÉ

1. DADOS GEOGRÁFICOS:

Área: 243 Km 2

Acidentes geográficos:

Norte novo

Região de Maringá

Rio Ivaí

2. DADOS DEMOGRÁFICOS:

Zona urbana = 15.137 habitantes

Zona rural

População: 3.137 --

12.000 --

3. DADOS ECONÔMICOS:

(4 milhões — Área agricultável: 10.000 alqueires = 242.000 ha. de caféiro) Principais Produtos: Soja, café, trigo, amendoim, milho, hortelã, rami e algodão.

4. PRODUÇÃO AGRÍCOLA:

Safra 1972-1973

		Preço médio	Valor estimado
Soja	— 800.000 sacas	70.00	560.000,00
café em côco	— 50.000 "	90.00	45.000,00
trigo	— prejudicado	—	—
amendoim	— 25.000 "	20.00	5.000,00
milho	— 60.000 "	25.00	15.000,00
algodão	— 120.000 "	18.00	21.600,00
hortelã	— 100.000 kgs.	30.00	300.000,00
Rami	— 50.000 "	2.00	10.000,00

Previsão Safra 1973-1974

		Preço médio previsto
Soja	— 1.200.000 "	80.00
café	— 100.000 "	120.00
trigo	— 600.000 "	42.00
amendoim	— 30.000 "	28.00
milho	— 100.000 "	30.00
algodão	— 200.000 a	21.00
hortelã	— 60.000 "	50.00
Rami	— 50.000 kgs.	2.50

5. MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Tratores:	350
Colhedoiras	80

6. VEÍCULOS

Automóveis —	700
Caminhões —	300

7. ARRECADACÃO

I.C.M. — 1973	— 853.000,00
" — 1974	— 1.051.000,00 (previsto)

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N.º 238-73

AUTORES: — Deputados Jorge Sato e Paulo Poli.

PARECER

O Projeto de Lei enfocado, de autoria dos nobres Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, visa transferir para a responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itambé à rodovia PR-13 (Campo Mourão-Maringá).

Não havendo nenhum impedimento de ordem constitucional, legal ou formal, que se insurja contra a matéria, e entendendo oportuna a iniciativa, visto a importância que a mesma irá propiciar para a região considerando os dados geográficos, demográficos e econômicos anexos ao Projeto, opino pelo ACOHIMENTO da Proposição para posterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14-11-73.

ass. ilegível — Presidente

NELSON BUFFARA — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 238-73

1 — Visa o presente projeto, de autoria dos ilustres Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itambé à Rodovia 08-13 (Campo Mourão — Maringá).

2 — Quanto aos aspectos legal e constitucional, esta proposição já mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Não havendo qualquer impedimento quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, nosso parecer é pela Aprovação da proposição enfocada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de 11 de 1973.

ass. ilegível — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 238-73

1 — Visa o presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itambé à rodovia PR-13. (Campo Mourão — Maringá).

2 — Esta matéria, devidamente estudada pelas doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, mereceu pareceres favoráveis.

3 — Quanto ao mérito que cabe a esta Comissão estudar, não há qualquer impedimento que se lhe anteponha, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação.

É o parecer.

BORSARI NETTO — Presidente

LAZARO DUMONT — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 239-73, de autoria do Dep. Basílio Znuuso, que declara de Utilidade Pública o "Educandário Nossa Senhora do Carmo", com sede e foro na Cidade de Paranavai. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 239-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Educandário Nossa Senhora do Carmo", com sede e foro na cidade de Paranavai.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) — BASILIO ZANUSO

JUSTIFICAÇÃO:

O Educandário Nossa Senhora do Carmo, sociedade civil, de caráter assistencial e promocional, sem fins lucrativos, que tem por objeto prestar assistência material, moral e educacional às meninas orfãs e abandonadas, preparando-as para a sua integração à sociedade.

Pelos inestimáveis serviços que vem prestando, essa instituição conquistou o respeito e admiração do povo de Paranavai, sendo, pois de inteira justiça que se declare de utilidade pública.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 239-73

1 — Subscrita pelo ilustre Deputado Basílio Zanusso, a presente proposição, visa declarar de utilidade pública o "Educandário Nossa Senhora do Carmo", com sede e foro na cidade de Paranavai.

2 — Examinando o Estatuto da referida entidade, verificamos que a mesma preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja: a) — que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade; b) — que está devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas e; c) — que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional, que se lhe possa antepor, daí nos manifestarmos pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1973.

ass. ilegível — Presidente

ERONDY SILVÉRIO — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 239-73

AUTOR: — Basílio Zanusso

SÚMULA: Declara de utilidade Pública o Educandário Nossa Senhora do Carmo, da cidade de Paranavai.

Assinado pelo ilustre deputado Basílio Zanusso, o Projeto de Lei em exame declara de utilidade pública o "Educandário Nossa Senhora do Carmo", com sede na cidade de Paranavai.

Do ponto de vista financeiro, que esta Comissão deve examinar, entendendo que o Projeto poderá ser aprovado.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

ass. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

ass. ilegíveis

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Matsuo Okamoto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Luiz Braga Menezes, ocorrido em Londrina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido da criação dos Cursos de Economia e Administração de Empresas, na sede do Município de Paranaguá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao 1.º Secopar, realizado em Ponta Grossa. — Aprovado.

a presente Sessão, marcando outra, para o dia 6, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 205-72, 73-73, 151-73, 172-73 e 227-73.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 219-73, 236-73, 238-73, 239-73 e 36-74.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 246-73 e 255-73.

Marcando ainda, uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 7, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Resolução n.ºs 25-73 e 4-74 e Projetos de Lei n.ºs 240-73, 253-73, 9-74, 10-74 e 11-74.

Levanta-se a Sessão.